



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1969, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, doravante designado SEMAE, neste ato representado pelo seu Presidente, VLAMIR AUGUSTO SCHIAVUZZO, inscrito no CPF/MF sob n.º 016.410.018-01 e portador da cédula de identidade SSP/SP n.º 7.296.149 e a empresa

IA AMBIENTAL LTDA. - ME., sediada na Avenida Rio das Pedras, n.º 574, Piracicamirim, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP. 13.420-590, Telefone (19) 3411-0767, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.195.904/0001-85 e Inscrição Estadual sob n.º 535.493.267.110, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Agnes Roberta Eisaqui Alemar, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Rosacruz, nº 312, Jardim Santa Silvia, na cidade de Piracicaba/S.P., portadora do R.G. sob n.º 27.129.884-4 SSP/SP e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 021.834.459-71,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 8.666/93 e à licitação realizada na modalidade Convite sob o n.º 01/2014, devidamente homologada, conforme fls. do Processo n.º 4781/2014 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE PASSIVO AMBIENTAL PARA DESATIVAÇÃO DA ETE CECAP (LAGOAS) EM ATENDIMENTO À CETESB**, conforme edital, anexos, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações contidas nos anexos que fazem parte integrante do edital e deste contrato, em até 75 (setenta e cinco) dias contados a partir da data estabelecida na “Ordem de Serviço” emitida pelo fiscal do contrato, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O contrato terá início na data estabelecida na Ordem de Serviço emitida pelo SEMAE, com vigência por 75 (setenta e cinco) dias e poderá ser prorrogado conforme art. 57, inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

3.2. A eventual prorrogação de prazo será formalizada nos termos das condições prescritas na Lei Federal 8.666/93 e neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor do presente Contrato constitui a importância de R\$ 33.434,00 (trinta e três mil e quatrocentos e trinta e quatro reais).

4.2. Os recursos orçamentários relativos ao objeto da presente licitação serão atendidos pela Dotação 40 – Código Orçamentário 33903900 e Programa de Trabalho 323170.1745200232.408, do exercício de 2015.

4.3. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 1040/2015.

4.4. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

4.5. As atividades imprevisíveis julgadas indispensáveis para a perfeita execução dos serviços, apenas poderão ser executadas após terem seus preços unitários compostos pela CONTRATADA, com justificativa técnica e orçamento detalhado, aprovados pelo SEMAE.



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

CLAÚSULA QUINTA - DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1.O faturamento deverá ocorrer em duas parcelas, conforme Termo de Referência e Cronograma de Desembolso, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço para fins de liquidação e pagamento de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei n.º 8.212/91 e alterações posteriores.

5.2.No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao SEMAE em data posterior à indicada no item anterior desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

5.3.O faturamento deve estar acompanhado dos documentos abaixo, correspondentes ao mês de execução do contrato:

5.3.1.da folha de pagamento dos funcionários que estiverem trabalhando durante a execução dos serviços;

5.3.2.da guia de recolhimento das verbas previdenciárias do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente quitada;

5.3.3.da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente quitada.

5.4.O faturamento deverá ser feito através de **documento fiscal eletrônico**, observadas as demais disposições deste contrato, que deverá conter:

5.4.1.A modalidade e o número da licitação;

5.4.2.O número do contrato;

5.4.3.O banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

5.5.As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

5.6.Os pagamentos serão realizados:

5.6.1.após a entrega do Relatório de Avaliação Preliminar ao SEMAE;

5.6.2.após o protocolo de entrega na CETESB, com todos os documentos necessários;

5.6.3.desde que todas as exigências técnicas e demais estipuladas no edital e neste contrato sejam obedecidas;

5.6.4.desde que mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93;

5.6.5.no 7º (sétimo) dia útil do aceite do documento fiscal pelo gestor do contrato, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

5.7.Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, será imputada multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia, sobre o valor a ser pago.

5.8.Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste instrumento.

5.9.O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

5.10.O SEMAE promoverá a retenção da Seguridade Social, quando devida, de acordo com a legislação vigente.

5.11.Sendo o prazo final para recolhimento dos tributos posterior ao prazo para apresentação do faturamento, o comprovante de quitação apresentado deverá ser o do mês de execução imediatamente anterior ao correspondente ao do faturamento.

5.12.É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do presente contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

5.13. Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples ou extraídos da internet, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

6.1. Os preços praticados durante a vigência do contrato são fixos e irremovíveis, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

6.2. Havendo prorrogação do contrato e tendo a sua vigência atingido 12 (doze) meses contados da data limite para entrega da proposta na licitação, será concedido reajuste de preços, calculado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre aquela data e o mês correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º mês.

6.3. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste com a apresentação de memória de cálculo, a ser encaminhado à Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo SEMAE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

7.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais preponderantes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

7.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP., de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas.

7.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

7.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

7.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.6. O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

7.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

8.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do serviço, objeto deste contrato, exceto para os serviços de análises químicas, físico-químicas, biológicas, sondagem e perfuração de poços de monitoramento, conforme Termo de Referência. O laboratório deverá atender a Norma Técnica, referente à Acreditação de Laboratórios e as perfurações deverão atender às exigências técnicas das respectivas normas da ABNT.



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

8.3. Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

8.5. A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

8.6. A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

8.7. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

9.2. A CONTRATADA deverá:

9.2.1. responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente e de acordo com as especificações contidas no edital;

9.2.2. cuidar para que os trabalhos para elaboração do Relatório de Avaliação Preliminar e Relatório de Investigação Confirmatória sejam desenvolvidos baseados nas metodologias e procedimentos conforme a Decisão de Diretoria CETESB n° 103/2007/C/E de 22/06/2007, Decisão de Diretoria CETESB n°045/2014/E/C/I de 20/02/2014 e Manual de Gerenciamento de Áreas contaminadas;

9.2.3. executar os serviços em conformidade com os conceitos e diretrizes estabelecidos no Termo de Referência;

9.2.4. apresentar resumos, relatórios e explicações sempre que solicitado.

9.2.5. comunicar ao SEMAE todo afastamento, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja executando os serviços.

9.2.5.1. no caso de substituição ou inclusão de profissionais na equipe técnica, a CONTRATADA deverá informar antecipadamente ao gestor do contrato, ficando a critério do SEMAE aceitá-los ou não, podendo somente ocorrer a substituição por profissional de capacidade equivalente ou superior ao do substituído.

9.2.6. executar atividades eventualmente não previstas, julgadas indispensáveis para a perfeita execução do serviço contratado, os quais deverão ter seus preços unitários compostos pela CONTRATADA e aprovados pelo SEMAE;

9.2.7. permitir aos encarregados do SEMAE pela fiscalização, livre acesso em qualquer época, às informações sobre os serviços que estão sendo executados;

9.2.8. cumprir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.2.9. responder por toda e qualquer reclamação ou indenização trabalhista ou qualquer outro tipo de ação de seus empregados relativa aos serviços prestados;

9.2.10. comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo SEMAE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimento de quaisquer problemas relacionados com o objeto contratado;



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

9.2.11. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;

9.2.12. apresentar o relatório final acompanhado da respectiva ART recolhida do profissional responsável pelos trabalhos executados;

9.2.13. enviar ao SEMAE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua lavratura, quaisquer autos de infração em que o SEMAE conste como infratora, juntamente com um relato dos motivos que determinaram a autuação;

9.2.14. responsabilizar-se por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros e à Administração, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do SEMAE;

9.2.15. manter em dia durante a vigência do contrato, independente de solicitação do SEMAE, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

9.2.16. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SEMAE

10.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

10.1.1. expedir a ordem de serviço;

10.1.2. fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

10.1.3. efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

10.1.4. exercer a fiscalização da execução do contrato por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;

10.1.5. cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

11.1. Ficam credenciados pelo SEMAE para gestão e fiscalização do Contrato, o servidor **João Carlos Marconato**, do Departamento de Tratamento de Esgoto, para prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias que poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

11.2. A fiscalização para cumprimento do presente instrumento, por parte do SEMAE, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização de seu Presidente e posterior comunicação à CONTRATADA.

11.3. Caberá ao gestor indicado pela Administração o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei n.º 8666/93.

11.4. Fica credenciado o Sr. **Aglaé Barbosa**, portador do R.G. sob n.º 4.805.927-9 SSP/SP e inscrito no CNPF/MF sob n.º 578.889.739-49, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

11.5. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos serviços serão registradas e entregues por correspondência via fax ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

11.6.Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1.O objeto da licitação deverá ser recebido:

12.1.1.provisoriamente, após constatação pelo fiscal do contrato, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação ao serviço executado, caracterizado pelo aceite da respectiva nota fiscal e;

12.1.2.definitivamente, pelo gestor do contrato e mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após a aprovação pela CETESB.

12.2.O recebimento definitivo deverá dar-se em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, salvo nos casos em que dependa de providências por parte da CONTRATADA.

12.3.Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, através do fiscal designado, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a CONTRATADA, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

12.4.O objeto que não atender as especificações será rejeitado pelos técnicos do SEMAE, devendo ser corrigido no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, livres das causas de sua rejeição.

12.5.A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, solidez, correção e segurança dos serviços executados subsistirá, na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1.O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até dois (02) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.2.Será aplicada multa de:

13.2.1.20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

13.2.2.1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em assinar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

13.2.3.20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

13.2.4.10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;

13.2.5.0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso e por ocorrência, sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento);

13.2.5.1.na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução total do contrato.

13.2.6.1% (um por cento) sobre a fatura do mês correspondente, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

13.2.6.1.a não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da primeira suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.2.7.10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.



CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

13.2.8.0,01% (um centésimo por cento) aplicada sobre o valor da fatura correspondente ao mês do inadimplemento, por dia de atraso na entrega de qualquer documento exigido neste contrato, com exceção daqueles estabelecidos com penalidades específicas, até o limite de 1% (um por cento).

13.3.As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

13.4.O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

13.5.O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

13.6.O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

13.7.Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

13.8.Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

13.9.No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de cinco (05) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inc. IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

13.10.Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

13.11.A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

13.12.Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.13.O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

13.14.A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1.A rescisão contratual poderá ser:

14.1.1.Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

14.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com as culminações das penalidades previstas no presente contrato.

14.3.Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

14.4.A rescisão contratual de que trata o inc. I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a VI da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA

Autarquia Municipal - Lei n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9611 – Fax:3426 2660

CNPJ n.º 50.853.555/0001-54

www.semaepiracicaba.sp.gov.br

CONTRATO N.º 59/2015

CONVITE N.º 001/2014 - PROCESSO N.º 4781/2014

15.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inc. XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

15.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 12 de junho de 2015.

Vlamir Augusto Schiavuzzo
SEMAE

Agnes Roberta Eisaqui Alemar
CONTRATADA